

## EDITORIAL

### Caros Leitores,

Com o 6º número da **RECFin** (v. 3, n. 3) a revista fecha o ano de 2015, mantendo seu compromisso de colaborar com a construção e a atualização do conhecimento nas áreas de Contabilidade, Atuária e Finanças. Editada sob os melhores preceitos das “Boas Práticas da Publicação Científica” da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e dos documentos da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), neste último quadriênio 2015 tivemos a **RECFin** passar a integrar o Qualis da CAPES, que estratifica a qualidade da produção intelectual dos periódicos científicos no Brasil.

Com isso, a **RECFin** passa a constar nos estratos de três diferentes áreas:

- **B4** - Administração, Contabilidade e Turismo
- **B4** - Planejamento Urbano e Regional/Demografia
- **C** - Economia

É importante destacar, ainda, que apesar de ter sido classificada como B4 na área de Administração, Contabilidade e Turismo, apenas um critério não foi atendido para a classificação como B3, que foi “ter pelo menos 3 anos”, critério que será atendido no próximo ano. Destacamos, ainda, que trabalhamos atualmente buscando a indexação em outros periódicos que são parâmetros para a classificação em estratos mais altos, estando atualmente em negociação a inclusão no SPELL. Assim, almejamos alcançar um B2 na próxima avaliação.

Neste número, apresentamos, como de praxe, 6 (seis) artigos inéditos que compõem o último número de 2015 (v. 3, n. 3), a saber:

O primeiro trabalho – **CONTINGÊNCIAS FISCAIS EM FACE DAS MUDANÇAS DE INCIDÊNCIA DO PIS E DA COFINS**, de autoria de Antônio Lopo Martinez e Kassila Spinassé Sonegheti, analisou o nível de disclosure das empresas brasileiras que informaram em suas notas explicativas os ativos e passivos contingentes de natureza tributária, notadamente com relação ao PIS e à COFINS não cumulativos, e quais suas características. Para apreciar o nível de evidenciação das contingências foi aplicado um modelo Probit, no qual se buscou identificar os determinantes do nível de evidenciação. Os resultados sugeriram que, no geral, as empresas analisadas não evidenciaram significativamente tais informações em suas notas explicativas. Deste modo, presumiu-se que não eram transparentes com os investidores.

O segundo artigo – **RELAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE COM O DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO DE EMPRESAS LISTADAS NO MERCADO BRASILEIRO**, de autoria de Vinícius Gomes Martins e Paulo Aguiar do Monte, como objetivo analisar a relação do resultado abrangente com o desempenho operacional e os retornos futuros das ações de empresas

listadas na BM&FBovespa. Com dados de 2010 a 2012, suas evidências empíricas apontaram que os resultados abrangentes não apresentaram nenhuma contribuição marginal frente aos componentes do lucro líquido, no que se refere à explicação do desempenho operacional futuro das companhias da amostra, sugerindo que o lucro líquido prevalece como uma boa medida de previsão do desempenho operacional futuro. Com relação à análise do *value relevance*, as evidências sugeriram que os resultados abrangentes não apresentaram conteúdo informacional para o mercado, isto é, não apresentaram relação significativa com o retorno futuro das ações. Mais uma vez, o lucro líquido se apresentou superior ao resultado abrangente, no que se refere à determinação do desempenho futuro.

O terceiro artigo – ANÁLISE TÉCNICA E EFICIÊNCIA DOS MERCADOS FINANCEIROS: UMA AVALIAÇÃO DO PODER DE PREVISÃO DOS PADRÕES DE *CANDLESTICK*, de autoria de Marcos da Silva Fernandes, Paula Andréa do Valle Hamberger e Ana Claudia Marques do Valle, toma como base a Hipótese de Mercados Eficientes (HME), apontando que esta hipótese implica que o preço corrente de um ativo reflete plenamente todas as informações que estão disponíveis publicamente sobre os aspectos econômicos fundamentais que afetam o valor do ativo, isto é, que a moderna teoria de finanças e os estudos econométricos não permitiriam a obtenção de retornos acima da média do mercado de forma persistente. Com base nisso, seu trabalho buscou testar a eficiência do mercado de ações brasileiro na forma fraca e avaliar o uso dos Padrões de *Candlesticks* como estratégia de investimento, utilizando dados diários entre 01/01/2000 e 31/12/2009. No trabalho foram selecionados os vinte ativos de maior liquidez da BM&FBovespa. Os resultados contestam a HME e demonstram que apenas dois, dos sete Padrões de *Candlestick* selecionados, obtiveram rendimentos sistemáticos acima da média do mercado.

O quarto artigo – ANÁLISE ESTATÍSTICA E ATUARIAL DO MERCADO DE SEGURO DPVAT, de autoria de Filipe Coelho de Lima Duarte e Luiz Carlos de Santos Júnior, analisaram o seguro DPVAT, criado em 1974 para proteger vítimas de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Objetivou-se nesse trabalho analisar o mercado brasileiro do seguro DPVAT sob a ótica da Modelagem Estatística e Atuarial, com base nos dados mensais de janeiro de 2002 a dezembro de 2014. Seus resultados demonstram que o crescimento econômico teve relação com o crescimento do Seguro DPVAT, apesar do problema relativo às suas diversas categorias. Em relação à modelagem *Holt-Winters*, o modelo Multiplicativo se ajustou melhor às variáveis Prêmio e Sinistro, dado que possuiu menor erro percentual médio das previsões para o ano de 2014. O modelo ajustado para o Sinistro foi melhor que o do Prêmio por causa da inflexão apresentada neste último. Portanto, para a variável Prêmio, acredita-se que modelos de série temporal que captam melhor o efeito da sazonalidade se ajustam melhor aos dados.

O quinto artigo – EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS E DESAFIOS DOS GOVERNOS DOS PAÍSES NA TRANSIÇÃO DA CONTABILIDADE PÚBLICA PARA O REGIME DE COMPETÊNCIA, de autoria de Brenno Carvalho Botelho e Diana Vaz de Lima, teve o objetivo de apresentar experiências internacionais e os desafios enfrentados pelos Governos dos países na transição da contabilidade pública para o regime contábil de competência. Sua contribuição está na atualização da literatura no que tange ao posicionamento dos governos de economias mundiais quanto à adoção do *accrual basis* em sua contabilidade e, principalmente, por evidenciar os principais procedimentos observados durante o processo de transição. Seus resultados mostram que os Governos da Suíça, Austrália e Nova Zelândia já adotam o regime de competência integral e seguiram todos os procedimentos recomendados pelo *Study 14* e pelo BRM. No caso da Romênia, apesar de utilizar o regime de competência integral, não adotou a maior parte dos procedimentos recomendados, o

que pode explicar o fato de as informações geradas em sua contabilidade não serem utilizadas nem pelos gestores e nem pelas autoridades governamentais. No caso dos Governos da Malásia e de Malta, definiram o ano de 2019 como data limite para a transição para o regime de competência integral. Quanto ao Brasil, adota-se o regime de competência modificado, sem previsão para adoção integral do regime de competência.

O sexto e último trabalho – CONCENTRAÇÃO DO MERCADO DE AUDITORIA NA INDÚSTRIA BANCÁRIA BRASILEIRA, de autoria de Flávio Girão Guimarães e José Alves Dantas, objetivou avaliar o grau de concentração do mercado de auditoria independente na indústria bancária brasileira, tendo por base os parâmetros adotados por autoridades antitruste e por organismos multinacionais para avaliar atos de concentração econômica. Com base em dados de 182 conglomerados financeiros e instituições individuais que não integram conglomerados, de 2000 a 2014, observou-se que, no âmbito da indústria bancária brasileira: (i) é possível o exercício unilateral de poder de mercado, pela principal firma de auditoria, de acordo com os parâmetros das autoridades antitruste brasileiras; (ii) as quatro maiores firmas de auditoria podem exercer poder de mercado, de forma coordenada, conforme os critérios para julgamento de atos de concentração no Brasil; (iii) a concentração do mercado de auditoria é significativa, segundo os parâmetros das autoridades antitruste da *European Commission* (EU) e dos Estados Unidos da América (EUA), do *World Bank* (WB) e do *International Monetary Fund* (IMF); e (iv) a concentração do mercado de auditoria é mais relevante entre as instituições bancárias de maior porte.

Com isso, conclui-se o ano de 2015 com a publicação de 3 (três) números quadrimestrais, conforme planejado. Em 2016, buscar-se-á dar continuidade ao nosso compromisso de apresentar padrões de qualidade e de rigor característicos de um periódico científico que busca a construção saudável do conhecimento científico.

Por fim, toda a Equipe Editorial da **RECFin**, assim como aqueles que contribuem direta ou indiretamente com ela, seja publicando suas pesquisas ou cooperando com seu processo editorial, desejam-lhe uma boa leitura e um excelente final de ano!

**ORLEANS SILVA MARTINS**  
Editor Geral